

018ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA HÍBRIDA 16AGO2021

(Texto com revisão final.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Convido o diretor legislativo a fazer a chamada, para darmos início à 18ª Sessão Extraordinária.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e um Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nobre Presidente, Ver. Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde; a oposição, não foi diferente o PT, deu acordo para rodar a sessão de Pauta do projeto de lei que prevê a suspensão do aumento do IPTU, votado pelo governo anterior. É suspensão do aumento do IPTU. A suspensão do aumento de IPTU, Ver. Ruas, se deu num momento de extrema complexidade, eu diria, porque, em tempo de pandemia, o governo anterior sobretaxou a população de uma forma cruel. Ele aprovou aqui, com a base do governo, um aumento por quatro anos, aumento de um valor significativo, mais o aumento do valor venal. Se o cidadão pagasse R\$ 1 mil, R\$ 1,2 mil de IPTU, ele pagaria, no final de tudo isso, mais de R\$ 3 mil, era mais de 100%. Porque 30% ao ano, só do valor venal, dá quanto em quatro anos? Só o valor venal subiria mais de 100% – 30, 60, 90, 120. Foi uma indignação geral da população, desde o mais pobre ao mais rico, desde o menos aquinhado ao mais aquinhado, e foi um dos pontos fundamentais no debate político da campanha, lembram? Todos os candidatos se comprometeram a rever o aumento do IPTU, o aumento da planta de valores dos imóveis em Porto Alegre. Nós estamos dando acordo não só através do nosso líder da oposição para rodar Pauta e, com certeza, votaremos favoravelmente,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

porque, na ocasião, votamos contra o aumento do IPTU, pois era uma situação descabida, desleal com o que nós estávamos passando. É importante lembrar aos cidadãos e cidadãs: a Câmara tem que lembrar e, ao mesmo tempo, cobrar a coerência dos candidatos e, agora, do prefeito de Porto Alegre, nosso ex-colega Sebastião Melo. Eu acho que nós estamos repondo a bola no centro do jogo, para poder rever certos aumentos abusivos. Esse foi um grande aumento abusivo que a população, inclusive, já está pagando. Vocês imaginem: em tempo de pandemia, quando muitas pessoas perderam o seu emprego, quebraram os seus negócios, vão ter que pagar as dívidas da quebradeira e, ao mesmo tempo, pagar o aumento do IPTU. Por isso vem em boa hora o projeto de lei que reconhece... Eu até diria que deveria ter um projeto de lei que pudesse recuperar a economia, com um crédito subsidiado, porque o que veio é bastante insignificante. Ele não atende sequer a um ou dois por cento da população que quebrou. Agora, se Deus quiser, com a população vacinada, se Deus quiser, até o final do ano, com o enorme cuidado que temos, com o enorme cuidado que continuaremos a ter, que nós possamos sair do sufoco que é essa doença, que tirou a vida de centenas de milhares de pessoas. Por isso o nosso apoio a esse projeto de lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Presidente; boa tarde aos colegas, a quem nos acompanha a partir da TVCâmara; eu venho até a tribuna usando o tempo de liderança da nossa bancada, representada por duas mulheres, duas mulheres negras oriundas da periferia da cidade que entendem o impacto da desigualdade e como ela faz com que as nossas mulheres sofram ainda mais com ausência das políticas públicas. Primeiro, eu quero fazer referência à fala do Ver. Cecchim, que, de forma muito contraditória e mentirosa, disse que eu defendo sistemas como o Talibã. Eu quero dizer, muito tranquilamente, ao Ver. Cecchim que eu não defendo nenhum regime extremista, nenhum regime que torture e que tire o direito das nossas mulheres. O que eu disse é que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

eu não uso a tribuna de forma oportunista, eu não uso a tribuna para defender uma parcela das mulheres. Eu faço e emito a nossa solidariedade às mulheres do Talibã, mas também às mulheres aqui do Brasil, que enfrentam o bolsonarismo, que enfrentam a negação do direito de ter um prato de comida na mesa. Eu faço a relação desse sistema que está lá e que também está muito representado aqui. Ou as mulheres não são as mais violadas pela negação dos direitos fundamentais? Ou as mulheres não são as mais violadas em meio à pandemia? Ou a desigualdade não aumentou entre as mulheres? Elas são as mais impactadas pela política negacionista do Bolsonaro, pela política que tira o direito básico, o direito à sobrevivência, seja pela vacina ou pelo direito de ter uma cesta básica digna. Esse modelo é defendido por vereadores desta Casa, esses que emitem solidariedade ao Talibã e não emitem solidariedade às mulheres brasileiras, não emitem solidariedade às mulheres que têm os filhos nas sinaleiras desta cidade. Que solidariedade contraditória é essa, que defende uma parcela das mulheres? Eu emito a minha solidariedade a todas as mulheres que sofrem violência neste mundo, e presto a minha solidariedade às mulheres que, aqui em Porto Alegre, têm os seus direitos negados pelos mesmos negacionistas que governam este País. Não dá para desassociar aquele extremista lá deste extremista aqui, não dá para fazer solidariedade a uma parcela. Nós precisamos defender juntos o todo, todas as mulheres. Por isso eu digo, sim, foi mentirosa a fala do vereador, que utilizou esta tribuna para me ofender, porque eu falo, sim, por uma parcela das mulheres, essas que são as mais violadas pela pandemia, essas que tiveram o direito de ter comida no prato negado, essas que enfrentam a vulnerabilidade de vender balinha no sinal. São romantizadas, porque, enfim, estão garantindo a sua sobrevivência, sem um mínimo de auxílio público. Porto Alegre tem uma rede de assistência social enfraquecida, tem uma escola para uma parcela, aliás, tem a dedicação de um governo para uma parcela da cidade. É contra isso, Presidente, que eu venho ocupar esta tribuna para falar. A nossa chegada nesta Casa dialoga com a luta de todas as mulheres negras, não negras, pobres, ricas, porque todas nós nos unificamos contra a violência. Nós não podemos utilizar esta tribuna para falar por uma parcela das mulheres, nós não podemos utilizar esta tribuna de forma oportunista. Dias atrás, retiraram o direito das mulheres na reforma da Previdência. Disseram que as mulheres deveriam trabalhar mais, que as mulheres deveriam contribuir mais. Por isso é

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

oportunista. Na moção de solidariedade a uma mulher e uma criança, votaram contra. Por isso essa solidariedade é oportunista, por isso! Assim, Presidente, nós precisamos nos manifestar sempre. Sempre que esta tribuna for utilizada para deferir calúnias contra qualquer um de nós, nós a ocuparemos para contrariar, para nos manifestarmos. Não nos calarão em nenhum dos lugares deste País.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Passamos à

PAUTA

Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta. Convido o nosso diretor Luiz Afonso para que proceda com a chamada para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e oito Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): (16h19min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em discussão o PLCL nº 014/20. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores; esse projeto de AEIS é importante, Ver. Oliboni, ainda mais quando se trata de projetos que beneficiam pessoas que já estão no lugar, como é esse caso. V. Exa., parece-me que fez uma construção de três, quatro anos, ou mais até, e os nossos padres do Murialdo eram

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

proprietários desse terreno... Eu acho que nada mais justo que se vote, Ver. Medina, Ver. José Freitas, acho que isso, sim, faz parte das igrejas também, quando puderem contribuir. E quem somos nós, vereadores, depois de ter sido feito esse acordo, Ver. Pedro Ruas, da comunidade com os donos do terreno e com trabalho do vereador, nós devemos votar, sim. Eu sou a favor das AEISs, quando, principalmente, atendem as pessoas que precisam de um teto, e neste caso são pessoas que já moram lá há muito tempo. Contem com o meu apoio neste projeto e em projetos semelhantes. Eu sou favorável, Ver. Oliboni; parabéns pelo projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir o PLCL nº 014/20, como autor.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente, Ver. Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Nós estamos discutindo agora, e tenho certeza absoluta que terei a concordância, peço o apoio dos colegas vereadores e vereadoras, para nós aprovarmos este projeto de lei que leva não só inclusão social, mas também dignidade. O projeto de lei diz o seguinte: “Fica declarada como Área Especial de Interesse Social – AEIS, a área de propriedade da Associação Protetora da Infância do Instituto Leonardo Murialdo, localizada no Morro da Cruz, no bairro São José, descrita na folha nº 118 do Livro 3 – AP, sob o número 34.757, no Registro de Imóveis da 3ª Zona de Porto Alegre, conforme anexo desta lei, compreendida no polígono formado pelas seguintes coordenadas aproximadas” – e aí fala das coordenadas: norte, sul, leste, oeste, onde fica. Para que todos tenham noção, eu quero dizer a vocês que é essa fica no coração do Morro da Cruz. Quem já não já ouviu falar da procissão do Morro da Cruz, Ver. Cecchim? Pois lá em cima, no alto do Morro da Cruz, onde acontece o evento da Via Sacra do Morro da Cruz, aquela área foi destinada para os padres, para o Instituto São Leonardo Murialdo: a área da cancha de esportes, da igreja, da creche, da biblioteca e as demais áreas, que envolvem em torno de 150 famílias. É uma área do Instituto Leonardo Murialdo, que, depois de 40, 50 anos, a Congregação dos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

Josefinos de Murialdo, por um acordo entre os moradores, o diálogo com este vereador, de poder levar a essas pessoas o direito da regularização fundiária, do título da propriedade, a Congregação se convenceu que o melhor era abrir mão da área e conceder a essas famílias que estão lá e que pleiteiam isso há muito, há muito tempo. Nesse sentido, creio que, transformando em AEIS e, ao mesmo, o poder público podendo levar água, luz, saneamento básico, caminhão do lixo, tudo o que nós sempre defendemos, a dignidade às pessoas, isso é mais que especial, é algo que a Câmara constrói, a dignidade junto às famílias menos aquinhoadas. Famílias que vieram a Porto Alegre em busca de emprego, essas famílias pobres, alguns agricultores, filhos de agricultores; quem não conhece tanta gente que veio para Porto Alegre, como nós? Nós também viemos a Porto Alegre; na ocasião, eu vim como seminarista da própria Congregação dos Josefinos de Murialdo, e por isso, lá nos anos 80, eu também circulava por essa região, que já era ocupada por esse pessoal naquela época, com a autorização do grande e saudoso padre Ângelo Costa. Quem não conheceu padre Ângelo Costa, conhecido pela comunidade como o anjo dos pobres, porque ele ajudava, fazia o serviço de pastoral. E vejam só o destino, queira Deus que, 40, 50 anos depois, essas famílias possam ser contempladas pelo próprio Instituto, tendo a possibilidade de serem proprietárias dessa área. Então eu quero dizer que é uma enorme alegria poder ter feito esse movimento, poder perceber o gesto humano e solidário do Instituto São Leonardo Murialdo, que abre mão, não coloca preço, como muitos estão colocando por aí, em áreas de valores vultosos, que jamais os pobres ou essas famílias terão condições de pagar. Por isso agradeço o apoio do governo, Ver. Cecchim, como líder do governo, e espero aprovar por unanimidade este projeto de lei que leva dignidade às pessoas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaria de agradecer a registrar a presença do Ver. Cristiano Oliveira, do PP, de Alvorada; bem-vindo, vereador, sua presença abrilhanta os trabalhos da nossa tarde. Muito obrigado.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCL nº 014/20.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely; boa tarde colegas vereadores, público que nos assiste aqui na Câmara e pela TVCâmara; com todo respeito ao Ver. Oliboni, sei da sua trajetória, nos conhecemos há muito tempo, recebi a informação da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, a qual venho aqui fazer a leitura para orientação de votos dos vereadores. O secretário André Machado, bem como a secretária adjunta Simone Somensi, uma secretária adjunta que é da PGM, conhece a questão habitacional, a regularização fundiária de toda Porto Alegre, encaminha, não vou ler todo o parecer, ao final: “Ocorre que não é necessária a instituição de AEIS para manejar o processo de Reurb na forma proposta nesse projeto de lei, conforme descrito na exposição de motivos, pois a Lei Federal nº 13.465 expressamente desvincula a regularização com a instituição de AEIS. Nos casos em que não há instituição do regime especial, se dá por decreto do Executivo, a partir de elementos técnicos extraídos da situação consolidada. Além disso os elementos técnicos são estudados pelas equipes especializadas, que incluem dispositivos indispensáveis que devem constar na instituição do regime. Na hipótese em tela [no caso o projeto de lei do Ver. Oliboni] não consta, por exemplo, a possibilidade de regularização destas edificações. Por essas razões, entende o secretário de habitação e regularização fundiária que há vício de iniciativa, sendo o governo contrário a esse projeto de lei, no que solicito aos vereadores que estudaram a matéria possam votar contrários a esse projeto de lei. Muito obrigado”.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCL nº 014/20.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, membros desta Casa, público que nos assiste através da TVCâmara, da nossa Rádio Web e de todas as plataformas que nos permitem chegar até as suas casas; eu quero dizer que o que o Ver. Oliboni aqui fala é conhecido de toda cidade de Porto Alegre, eu, que nasci na Dona Firmina, eu que me criei no Morro da Cruz, que participei muito da igreja São José do Murialdo, com o padre Ângelo, das missas, e por aí afora, só não tive o prazer de ser um

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

dos centuriões romanos que chicoteava Cristo, papel do Ver. Oliboni na procissão do Morro da Cruz. Como se costuma dizer, sou nascido e morrido, daqui a uns 40 anos, no Morro da Cruz. Eu acho que é uma justiça que a cidade de Porto Alegre faz com pessoas que desbravaram a nossa cidade e a nossa região, pessoas como a minha avó, que vieram lá de Capela de Santana, pessoas como minha mãe, que vieram de Montenegro, pessoas que desenvolveram aquela região, porque no início, lá em 1960, eram chácaras, as pessoas, muitas vezes, alimentavam toda aquela região da cidade de Porto Alegre, depois se viu o crescimento, com a vinda do Dosul, depois do Carrefour, grandes empreendimentos que hoje estão na região, mas o Morro da Cruz continua sendo o Morro da Cruz, como nós temos a Restinga, que é uma cidade dentro de Porto Alegre, nós temos o Rubem Berta, nós temos o Parque dos Maias, nós temos o Leopoldina, a Vila Safira, e aí vai indo, várias regiões em Porto Alegre que são cidades dentro de Porto Alegre. A própria Lomba do Pinheiro, pode-se dizer, é duas cidades dentro de Porto Alegre. E nada mais sensato do que nós cumprirmos o nosso papel de dar o direito à posse a essas pessoas, já que a área tinha dono, a área era da Arquidiocese de Porto Alegre, da Mitra, e a Mitra está disposta a conceder essa área para aquelas pessoas que lá moram. Eu não nos imagino tentando retirar as pessoas que moram no Morro da Cruz há mais de 60 anos, Ver. Aldacir Oliboni, constituídos, que nem o meu caso, que nasci lá há 55 anos, e as pessoas continuam vivendo lá. A casa da minha vó está lá, era de madeira, hoje é uma casa de material, no Morro da Cruz, vários primos e tios moram no Morro da Cruz. Eu não imagino a Prefeitura de Porto Alegre executando, Ver. Cassiá Carpes, uma ordem de despejo numa comunidade que nem a do Morro da Cruz, e nós discutimos outras comunidades aqui como a Bom Jesus, tempos atrás. Então eu acho que é um papel social, um papel econômico que a cidade de Porto Alegre vem fazer com esse projeto de AEIS ao povo do Morro da Cruz, que desbravou aquela região de Porto Alegre, um povo que faz daquela região de Porto Alegre o que ela, no seu simbolismo, hoje representa para nossa cidade, de pessoas que vieram para cá para ajudar a construir a nossa cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaríamos de registrar e agradecer a presença entre nós do deputado Daniel Trzeciak, do PSDB, deputado federal de Pelotas. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para discutir o PLCL nº 014/20.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, temos aqui um projeto que é de uma AEIS. Eu tive a oportunidade de assistir a audiência pública, acredito que era eu e o vereador autor desta proposta, ouviram-se todas as pessoas interessadas, que moram há anos nessa localidade. Também olhando a descrição do projeto que está em discussão, o parecer conjunto da CCJ, CEFOR, CUTHAB, CEDECONDH, COSMAM é pela inexistência de óbice de natureza jurídica para tramitação da matéria e também da Emenda nº 01, quanto ao mérito, pela aprovação.

Então eu quero dizer que, depois de ter ouvido e me sensibilizado com todas as histórias daquelas pessoas que moram há anos nessa área e tendo essa possibilidade, tendo os pareceres favoráveis das comissões, seguindo ainda também a boa explanação do nosso líder de governo e meu líder de bancada, o Ver. Idenir Cecchim, eu venho fazer esse encaminhamento favorável a esse projeto. Porque, como disse, as pessoas estão há 30, 40 anos no local, e podendo ter o seu documento de comprovação que aquele pequeno espaço será dele, dá uma segurança, dá uma inclusão, dá mais dignidade a quem está no local e não sabe se um dia não vai ser retirado. Então este é o encaminhamento objetivo, e quero dizer que é um bom projeto que vai beneficiar várias famílias.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLCL nº 014/20. (Pausa.) Não há quem queira encaminhar.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLCL nº 014/20. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o PLCL nº 014/20.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o PLCL nº 014/20. Cumprimento o Ver. Aldacir Oliboni.

Em discussão o PLL nº 027/18. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Na verdade, este projeto foi apresentado em 2018, quando eu assumi pela primeira vez como suplente desta Casa Legislativa. Foram dois projetos naquele momento, um deles a gente instituía, no Calendário Oficial de Porto Alegre, o Dia do Cuidador Voluntário, que foi aprovado nesta Casa Legislativa e que hoje é comemorado no dia 26 de agosto, que é o dia do nascimento da Madre Teresa de Calcutá, uma das maiores cuidadoras voluntárias da história da humanidade. Naquele mesmo período, eu protocolei este projeto que institui uma política pública aos cuidadores cidadãos voluntários do Município de Porto Alegre. Hoje o Comui veio conversar comigo com a preocupação de que isso oportunizasse voluntários a irem para instituições de longa permanência, instituições que cuidam de idosos o que poderia prejudicar essa categoria. Eu, conversando com eles, expliquei que não tem nada a ver, essa é uma forma de valorização do voluntariado, que é tão importante quando a gente tem um pai, uma mãe, um irmão, um tio, um parente que precisa de alguém de forma voluntária que cuide dessa pessoa; e lá se apresenta essa pessoa íntima, essa pessoa familiar que cuida por 10, 15, 20 anos e não tem o reconhecimento. Acho que isso é a porta de entrada, é a abertura para que nós possamos, no futuro, oportunizar pessoas que queiram fazer, sim, um curso de cuidador, um curso de assistente social e que possam utilizar esses certificados como estágio, como forma de valorização e de já terem trabalhado cuidando de pessoas que precisavam desse acolhimento.

Na verdade, esse projeto é para que o Executivo possa disponibilizar meios através de parcerias privadas, de organizações não governamentais, cursos de treinamento voltados ao atendimento da população que mais precisa. É somente isso, não implica e não

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

atrapalha nada dentro daqueles que fazem os seus cursos para técnicos ou para cuidadores. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir o PLL nº 027/18.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Estou apresentando uma emenda e, só para explicar a questão de emenda, quero dizer que o projeto da vereadora é muito meritório, nós concordamos com ele, mas só mudamos o verbo: de “estabelecer”, para diminuir o caráter impositivo, para “facilitar” o desenvolvimento da atividade de cuidador voluntário, como forma a permitir que não se tenha uma imposição, mas que se possa fazer essa construção da maneira mais adequada possível nessas parcerias de voluntariado. A ideia é contribuir com o projeto para deixá-lo menos impositivo e mais contributivo para a sociedade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 027/18.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação requerimento solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL Nº 027/18 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em votação o PLL nº 027/18. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente; cumprimento os colegas e público nos assiste; só gostaria de fazer uma breve fala, saudando a iniciativa da Ver.^a Cláudia. Acho muito interessante abordagem que a senhora colocou no projeto,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

especialmente dando valor ao voluntariado, conseguindo fazer uma especificação que não o torna impositivo e, ao mesmo tempo, valorizando e criando incentivos para que isso pode ser feito, inclusive na forma de as doações poderem também corroborar com o trabalho que vem sendo feito por todos esses que se dedicam; então, acho que é muito meritório, muito importante isso para quem é justamente beneficiado por esses voluntariados, por esse serviço que é tão valorizado. Eu acabei falando tanto contigo, Ver.^a Cláudia, quanto com o Jessé, agora, rapidamente, para compreender o teor da emenda, parece que a emenda, então, corrobora com a intenção do projeto. Encaminharemos favoravelmente à emenda e ao projeto, parabenizando a autoria.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 027/18.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação o PLL nº 027/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação Requerimento nº 201/21. (Pausa.). Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Em votação o Requerimento nº 214/21.

(Pausa.). O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Ver.^a Comandante Nádia, que está presidindo os trabalhos. Eu gostaria de aproveitar oportunidade para fazer um debate mais ideológico em torno do mérito da proposta; eu tenho um grande respeito pelos vereadores que propuseram, entendo também a pauta política e a corrente de pensamento que esses vereadores representam; entendo e respeito que exista essa linha de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

pensamento, e é uma linha de pensamento que, muitas vezes, no debate econômico, se faz a discussão. Eu não tenho a pretensão aqui, na verdade, de convencer um ou outro a respeito da visão que o NOVO tem sobre salário mínimo, mas acho que é um debate econômico bastante oportuno.

Quando a gente fala sobre salário mínimo, salário mínimo é uma medida de preço da mão de obra; quando a gente estipula que existe um mínimo a ser pago para aquela mão de obra, a gente está qualificando, justamente, que pessoas com pouca experiência talvez não tenham as condições de estarem aptas a receber o mínimo, jogando-as, portanto, para o desemprego ou para informalidade. A política de salário mínimo não é presente em boa parte dos países desenvolvidos, justamente porque ela é entendida, por cientistas econômicos, como uma política de exclusão, uma política geradora de desemprego. E a gente tem, justamente na discussão teórica, econômica sobre o assunto, os argumentos de que se o salário mínimo fosse uma política econômica acertada, por que não fazer do salário mínimo algo como uma política permanente, inclusive aumentando para níveis muito maiores do que se tem na economia. Então, hoje, no Brasil, em vez de a gente discutir um salário mínimo nos valores atuais, por que não elevar para 5, 10, 15 mil reais, colocar todo mundo num nível superior de renda? Porque, justamente, a economia não suporta, bem como se entende que isso seria um fator agravante da geração de empregos no País. A gente sequer oportunizar para as pessoas que possam entrar no mercado de trabalho, que possam ter mais oportunidades de emprego, nós não deveríamos estar falando especialmente no salário mínimo, com valores mensais, em especial, mas ainda assim a política de salário mínimo é uma política que evita que as pessoas que têm menor qualificação, portanto aquelas que mais precisam de emprego de entrada, como jovens que ainda estão sem instrução ou mesmo pessoas que não tiveram condições de estudar, possam adentrar no mercado de trabalho formal. Esses acabam sendo jogados na informalidade, porque o produto do trabalho inevitavelmente, para se justificar o emprego criado, tem que ser a produtividade que aquele trabalhador entrega, naquele seu emprego; necessariamente, a gente vê diversos casos com baixa experiência ou com pouca qualificação que não conseguem entregar uma produtividade de trabalho que seja no mesmo nível do salário mínimo, esses ficam, portanto, automaticamente excluídos do

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

processo produtivo formal, acabam sendo jogados para informalidade. Esse é um debate muito relevante, eu entendo especialmente a intenção daqueles que advogam por aumento de salário mínimo e de querer dar melhores condições para as pessoas, mas é aquele típico caso em que as boas intenções nem sempre geram uma consequência positiva para o trabalhador e para a sociedade. Se quisermos ter mais acesso a empregos e fazer com que a economia possa ser mais produtiva, nós deveríamos pensar em abolir a política de salário mínimo e não fazer o contrário. Quando a gente fala sobre salário mínimo, nós estamos falando sobre o preço excludente da mão de obra, e não é essa a lógica que nós acreditamos. Acreditamos, sim, numa lógica em que o mercado livre para trabalhadores, para empresas, para a sociedade, possa ser organizado de modo que todos possam trabalhar formalmente, entregar o produto do seu trabalho, receber por isso e não ser classificado por uma regra de burocratas, que os elimine do mercado formal de trabalho, por uma intenção de entregar melhor resultado.

Novamente encerro com a provocação: se salário mínimo fosse uma boa ideia, porque não o aumentar para 10, 15 mil reais e resolver então a baixa renda de uma vez por todas? Simplesmente porque a economia não comporta, não é assim que funciona a lógica econômica; portanto, é uma política equivocada. Por isso, eu sou contrário a essa moção de solidariedade à valorização do salário mínimo regional e gostaria de votar, sim, a favor de uma emenda que valorizasse a produtividade dos nossos trabalhadores e da nossa sociedade, esses, sim, os atributos que fazem com que a gente se desenvolva, que se crie empregos, com aumento dos salários. E produtividade está ligada, por exemplo, à redução de carga tributária, redução de burocracia, ajuste das contas públicas para eficiência da máquina pública e por aí vai. Então, são temas que não dizem respeito à estipulação de um salário mínimo por lei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 214/21.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, essa questão do salário mínimo regional é um tema polêmico e vem carregado de boa intenção. Ouvi a fala do Ver. Camozzato, compactuo com a mesma, e gostaria de fazer uma fala para os colegas vereadores, para nos atentarmos entre a diferença da intenção da lei com o que a lei efetivamente entrega para sociedade. A gente não pode julgar a lei pela intenção dela, mas pelo efeito prático dela na sociedade. Infelizmente, queria alertar os colegas vereadores, que a lei do salário mínimo foi implementada com a intenção racista. Eu sei que vocês são defensores da pauta antirracista, é importante lembrar de como é que essa lei acabou surgindo e como ela foi implementada. Quando teve a libertação dos escravos, especialmente nos Estados Unidos, existia, por parte dos produtores, o preconceito de empregar esses trabalhadores. Foi feita uma lei que cobrava que deveria ter um salário mínimo para que eles pudessem ser contratados, como forma de excluir aquela mão de obra que, por conta das oportunidades que não estavam recebendo, se submetia a trabalhar por um valor menor. Foi um jeito, entre aspas, elegante que esse pessoal que implementou a política do salário mínimo encontrou de excluir trabalhadores que eles não queriam contratar, sem parecer que estavam excluindo por conta da sua condição de serem negros num país altamente racista. Esse é o primeiro aspecto: a lei do salário mínimo foi criada com um aspecto racista, isso é um fato! Não é porque sou branco que eu estou falando isso. A questão é que a lei, quando foi implementada, tinha o cunho racista. E, olhando a política de salário mínimo, pensamos que estamos fazendo o bem. Quem aqui não gostaria de entregar para a população uma lei em que o salário mínimo no País fosse R\$ 10 mil? Levante o braço, por favor, alguém que é contra o trabalhador ganhar, como salário mínimo, R\$ 10 mil! Mas todos nós concordamos que R\$ 10 mil é impraticável, por quê? Porque o empregador obviamente vai olhar para a lei do salário mínimo de R\$ 10 mil e vai dizer: “Eu consigo empregar uma pessoa com determinadas qualidades, até R\$ 10 mil; mas se ela não conseguir me entregar um lucro acima de R\$ 10 mil, não faz sentido contratar essa pessoa”. Então, o que nós fazemos com uma pessoa, cujo salário mínimo pelo qual ela vai ser contratada é muito alto? Nós olhamos o custo/benefício e não a contratamos. Então, se o salário mínimo no Brasil fosse R\$ 10 mil, a maior parte da população ficaria desempregada. Isso faz sentido para R\$ 10 mil? Faz sentido para R\$ 10

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

mil. Faz sentido para R\$ 5 mil? Sim, a mesma coisa. Cinco mil reais, quem tem condições de produzir mais do que isso, vai ser empregado, porque entrega mais do que isso; quem não tem condições de entregar isso, está relegado ao desemprego. Isso funciona também para R\$ 1 mil? Sim, exatamente. Quem produz mais do que R\$ 1 mil está empregado, tem chance se ser empregado; quem produz menos de R\$ 1 mil não tem qualquer chance de sair empregado. Então, embora a nossa intenção seja dar qualidade de vida para as pessoas, através de uma política de salário mínimo, nós esquecemos que, quando nós colocamos um salário mínimo que nós temos que pagar em troca do salário, todas aquelas pessoas que não conseguem produzir essa quantidade de riqueza estão automaticamente desempregadas. Por isso se fala em informalidade, por isso se fala nesse mar de pessoas que não consegue se inserir no mercado de trabalho, porque, infelizmente, nós colocamos um degrau, um degrau, para muitas pessoas, intransponível. Abaixo disso, tu estas condenado a ficar sem emprego; acima disso tu vais ser contratado em competição com as outras pessoas que buscam uma oportunidade no mercado de trabalho. Então, por que vou votar contra, nesse caso, a um piso salarial diferenciado no Rio Grande do Sul? Não porque eu quero que as pessoas passem necessidade. Quem aqui, que representa o povo, pensa que as pessoas devem passar necessidade? Ninguém, isso é inconcebível! Mas qual é o efeito prático dessa lei? Condenar ao desemprego todas as pessoas que não conseguem produzir abaixo desse valor. Então, queria só lembrar que nós temos, inclusive na nossa legislação, alguns subterfúgios para permitir que pessoas ganhem abaixo do salário mínimo, que é o caso da lei de estágio, que ninguém aqui discute, porque sabemos que a pessoa, na época do estágio, está aprendendo habilidades que vão ser úteis para ela no futuro para, inclusive, ganhar mais. Nós não podemos passar do nível de qualificação por saltos, nós devemos dar oportunidade para que as pessoas que queiram oferecer o seu trabalho por um preço mais baixo, para adquirir experiência para um dia ganhar mais, tenham essa possibilidade. Ouçam bem, não estou falando que eu quero que as pessoas ganhem mal, mas o que nós estamos fazendo com isso, infelizmente, é relegar a pessoa ao desemprego eterno; isso, infelizmente, acaba sendo contra a nossa intenção. Tentando protegê-las, nós as deixamos numa situação de eterna falta de qualificação profissional, por isso nunca vão ganhar um salário melhor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 214/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidenta; boa tarde, vereadores e vereadoras. Eu só tenho uma coisa para dizer para a população de Porto Alegre: votem na extrema direita e vejam o resultado. O resultado são essas falas bizarras que a gente escutou aqui dos representantes do grande empresariado, ser contra o salário mínimo é algo inimaginável. Como uma evolução que trouxe garantias básicas para que os trabalhadores não fossem escravizados, em que momento nós imaginaríamos, numa sociedade minimamente democrática, minimamente desenvolvida, que seríamos contra o valor básico para as pessoas terem o básico de subsistência e que nunca alcançou o seu objetivo? É uma vitória civilizatória, o salário mínimo foi uma vitória civilizatória, e aqueles que outrora vieram aqui falar de Talibã, como se o Talibã não tivesse sido financiado pelos Estados Unidos, pelos republicanos, pela extrema direita dos Estados Unidos para combater comunistas, vejam só, e agora somos defensores do Talibã. Tudo que é de ruim cai no colo da esquerda, mas é um absurdo, é um absurdo, população de Porto Alegre, que nós tenhamos aqui os bem-nascidos, os brancos, os cheirosos, aqueles que pegam o seu carro, saem do estacionamento desta Casa e chegam no estacionamento do seu edifício que custa, o seu apartamento, algo que quase nenhum brasileiro terá durante toda a sua vida trabalhando dia após dia. É isso que nós temos que ter paciência em escutar aqui nesta Casa, o desprezo ao salário mínimo, e o argumento é "pois é, o salário mínimo impossibilita aqueles desqualificados em serem empregados", porque querem empregar a salário de fome, ao prato de comida de lavagem. Se puderem deixar morrer, que morram, o mercado se retroalimenta. O futuro ideal da extrema direita do Brasil é como nos Estados Unidos. Não tem dinheiro para pagar plano de saúde? Te suicida, camarada. Ou alguém não viu a matéria que saiu, nos Estados Unidos, de um casal idoso que ele teve que matar a esposa e depois se suicidar porque não conseguia mais pagar as suas contas? É a mesma galera que quer o fim do SUS. Então, é inacreditável, mais uma vez, vou dizer,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

porque é algo básico, salário mínimo. E mais, o salário mínimo hoje não consegue mais pagar uma cesta básica, não consegue mais nem alimentação, e a gente aqui está debochando, está dizendo que é muito. Quem acha que é muito é porque nunca precisou do salário mínimo. Quem acha que é muito nasceu muito bem, não pisou no barro, não sabe o que é pegar três, quatro ônibus lotados, não sabe o que é passar fome, não sabe o que é não ter dinheiro para comprar medicamentos para o seu filho e quer aqui falar do grande empresariado. Claro, financia as suas campanhas. É muito fácil. Essa é a elite brasileira, alguns vão chamar de burguesia, mas é mais amplo que isso, é por isso que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, e nós falamos reiteradamente isso, e as pessoas não nos dão ouvidos, elegem alguns candidatos, representantes dessa casta, e eles vêm aqui fazer o quê? Prejudicar o próprio trabalhador, 90% da população. Eu fico chocado, realmente entristecido e penso que a população do Brasil e de Porto Alegre tem que aprender a votar naqueles que realmente representam os interesses da maior parte da população, porque não é possível estar recebendo aqui dinheiro público, distribuindo CCs dentro da Prefeitura para atacar aqueles que precisam sobreviver e não têm o mínimo de condições de dignidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 214/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores. Ideologia, eu quero uma para te ter, quero uma, quero uma ideologia que não permita que empresários constituam suas empresas com dinheiro público, quero essa ideologia; quero uma ideologia em que os incentivos fiscais não sejam concedidos nas Casas Legislativas mensalmente, com o intuito, com a desculpa, de que geram emprego. A maioria gera emprego, agora mesmo ficam ovacionando um cidadão que tem uma rede de lojas, gera emprego com dinheiro público, não repassando o dinheiro da Previdência, não repassando o dinheiro do Imposto de Renda e recebendo 53 empréstimos do BNDES. Essa é a boa ideologia. A Europa não tem salário mínimo. Não tem, não tem salário mínimo. A Europa não tem

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

salário mínimo, mas Luxemburgo tem um salário mínimo de € 2.201,00; a Eslovênia tem um salário mínimo de € 1.024,00; Reino Unido, € 9,87 a hora; Alemanha, € 9,50 a hora; Bélgica, € 1.594,00; Espanha, € 950,00; França, € 1.594,00; Holanda, € 1.584,80; Portugal, € 665,00, Polônia, € 625,00; e Romênia, € 472,40. Não tem como ter um salário mínimo unificado no Reino Unido, na Europa toda, porque tem um país que tem € 2.201 euros e outro, € 472, mas esses países têm os seus salários mínimos. O salário mínimo é o mínimo de referência ou nós vamos fazer escravidão. Eu acho legal o Ver. Jessé vir aqui e dar discurso. Abre mão do seu salário de servidor federal e vem para a planície disputar de igual para igual. Eu acho legal as pessoas virem aqui e dizer "Ah! Porque o empreendedor...", mas o empreendedor não usa dinheiro público, não usa dinheiro da saúde, da educação, da segurança, da assistência social, não usa dinheiro público. Que papo é esse do salário mínimo? O salário mínimo é o dinheiro que move a economia, como é que a economia vai se mover? Ou vocês nunca trabalharam no comércio para saber se a economia está mal, ou o comércio está mal? Nunca trabalharam para vender num supermercado, numa loja de roupas, numa loja de carros para saber que, a economia estando bem, o resto tudo está bem. Se não houver salário mínimo referência lá em São Borja, vão pagar o que quiserem para as pessoas, inclusive os senadores vão pagar o que quiserem para as pessoas. Se não tiver um salário mínimo referência na construção civil, onde eu comecei a minha carreira sindical e fiz a minha primeira greve, não davam nenhuma bota para as pessoas calçarem, e foi aí que iniciei a minha atividade sindical. Se não tiver um salário mínimo, não tem dignidade para as pessoas, aí vocês vêm querer dar dinheiro para as empresas. Por favor, gente! Salário mínimo para uma pessoa levar o sustento da sua família. Não pode. Tinha projeto aqui nesta Casa para acabar com a escola pública. E o salário mínimo? Salário mínimo para uma pessoa levar o sustento para a sua família. Tinha projeto aqui nesta Casa para acabar com a escola pública, e o salário mínimo? Tinha projeto aqui nesta Casa para acabar com as creches comunitárias, e o salário mínimo? Tem projeto dizendo que não precisa ter uma saúde pública, não precisa ter um SUS. E o salário mínimo? O salário mínimo é o mínimo, já diz, mínimo de dignidade para um cidadão e tem que ter garantia, se não tiver garantia, ninguém paga. A minha categoria não tem salário mínimo, Ver. Pedro Ruas, nós negociamos a mais que o salário

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

mínimo, mas tem o mínimo garantido, ninguém no comércio pode ganhar menos que esse mínimo, em vários setores do comércio. Nós ficamos dois anos negociando com um setor, que é o setor de automóveis, porque não queria cumprir o piso mínimo da categoria. O cara vende um carro e não tem direito a receber o mínimo. Estou falando do mínimo, não estou falando do máximo. E quando falam aqui que o salário tinha que ser 10 mil euros, que o salário tinha que ser não sei quantos mil, isso é jogar para a torcida, porque, desde que essa política neoliberal se implementou no Brasil, os trabalhadores vêm perdendo, vêm perdendo o seu poder de compra, quando um guisado, quando uma carne de segunda, um arroz, um feijão, um azeite não comporta mais o salário que ele recebia lá atrás. Por favor! Olhem o salário das pessoas antes da pandemia, e vários ficaram congelados durante a pandemia. Os trabalhadores são solidários com a questão do povo. Quando tem alguma tragédia, pode ver na cidade, quem mais se mobiliza, Ver. Idenir Cecchim, nós que tivemos duas na Zona Norte, foi o povo, o povo vai lá e doa o mínimo que tem em casa, divide o mínimo. Aí nós queremos jogar esse povo para mais baixo ainda. É só uma moção de apoio ao salário-mínimo. Isso seria como votar título que a gente vota aqui para empresário, que eu voto contra todos, me abstenho de todos que não mostram que estão pagando Imposto de Renda, não mostram que estão pagando a Previdência, não mostram que estão em dia com a quitação de seus trabalhadores, e nós damos título para empresário. Depois aparecem as broncas aqui na Câmara, os empresários sendo caçados, inclusive devendo dinheiro para a Prefeitura. Isso nós podemos fazer, agora uma moção de apoio a esse povo que vem lá do interior, a esse povo das grandes cidades que necessita da garantia mínima de um salário para levar o sustento para a sua família, porque não tem um salário garantido no final do mês. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 214/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Vereadora Comandante Nádia, Presidente da Casa em exercício dos trabalhos; vereadoras, vereadores; público que nos dá a honra de nos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

assistir neste momento. Vereadora Daiana, até a terceira década do século XX, o nosso País vivia ainda sob o peso de quase quatrocentos anos de escravização, trabalhar naquele tempo era coisa de pessoa escravizada. Culturalmente isso durou as três primeiras décadas do século XX, Silvana Conti, sindicalista, naquele período, o trabalhador homem, maior de idade, ganhava o salário que o patrão quisesse pagar e quando quisesse. Não havia o sentido que nós temos da quinzena, do mensal, não; quando quisesse e podia diminuir e não pagar nada também. As mulheres trabalhavam por um prato de comida ao dia, as crianças também. Isso tudo mudou entre os anos de 1939 e 1943, com a criação de três institutos: a justiça do trabalho, a CLT e o salário mínimo. O Brasil mudou em quatro anos. Em 2001, eu tive a honra, vereadoras e vereadores, de participar do debate, eu era secretário de obras e saneamento e era da coordenação do governo Olívio Dutra e participei do debate sobre a criação do mínimo regional, e ali o que se via era exatamente que as condições de poder de compra do salário mínimo nacional, no Rio Grande do Sul, eram diferentes. O que é óbvio, num País continental, uma coisa é comprar uma cesta básica em Orós, no Ceará, uma cidade que conheço, outra coisa é comprar em Gravataí. Então, é diferente, e essa diferença faz com que, no Rio Grande do Sul, esse valor do mínimo tenha que ser um pouco maior. Foi bem o Ver. Janta em lembrar, se não houver um regramento, não pagam nada. Mas isso aí não é nem da esquerda, isso aí é da história. O Padre Lacordaire, sempre Ver. Alex Fraga, disse: “Entre o fraco e o forte, entre o pobre e o rico, é a lei que liberta e a liberdade que escraviza.” Nós precisamos da lei; se não houver um mínimo, eles não terão nada a receber; se não está na lei, não vão pagar. Sou advogado trabalhista, aos 65 anos, desde os 21 anos ainda, Ver. Janta, quando estagiário, Ver. Jonas Reis, eu sei que essa sanha pelo lucro ou até a necessidade dele, de empregadores, em geral, particularmente nos grandes, mais ainda nos interiores dos Estados, faz com que as pessoas aceitem condições sub-humanas de trabalho, e aquele que explora o trabalho acha que está fazendo certo em continuar explorando daquela maneira. Então, nós precisamos, sim, aprovar essa moção de solidariedade, essa mudança que o salário mínimo estadual precisa ter, que tem que ser maior que os 2%; tem que chegar, Ver. Oliboni, pelo menos a 10%. Até há pouco tempo, era deputado, quero dizer para vocês que faz diferença, não é qualquer coisa não que estamos votando, nós estamos

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

votando uma moção que chegará aos deputados e terá peso, sim, não é um papel que jogam foram, tem peso e faz votos. A nossa obrigação, portanto, é votar favorável ao aumento do mínimo regional, com moção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 214/21, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente Comandante Nádia, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Pedro Ruas, desde quando éramos pequenos, nós ouvimos falar do salário mínimo, porque, na realidade, ele sempre foi minguado, não é mínimo, sempre foi um salário mínimo. E eu acho, Ver. Cláudio Janta, que fez um belo discurso aqui, nós temos que falar em salário mínimo, sim, e temos que falar dos maus pagadores, mas temos um problema mais sério ainda que não falamos aqui hoje que é o salário mínimo pago pelo setor público que, na realidade, se diminui o salário mínimo para poder pagar pouco para os aposentados, não é para os trabalhadores. A maioria das empresas paga mais do que o salário, eu não tenho nenhum funcionário meu que ganhe um salário mínimo, sendo servente, sendo auxiliar. Então o grande problema do Brasil é não querer pagar um pouquinho mais para os aposentados. Os aposentados mínimos, os que ganham aquela coisa para sobrevivência é que pagam o pato. Eu queria dizer para o Ver. Leonel Radde, ainda bem que nós não temos aqui o salário mínimo do senador Paim. Sabe qual era o salário mínimo do senador Paim, que ele desejava para o Brasil, durante 8, 10, 16 anos? Cem dólares, eu nem sei de onde que ele pegou esse chiado, porque ele é de Caxias. Cem dólares! Esse é o salário que o senador Paim queria para os brasileiros. Sabe quanto seria hoje? Seriam R\$ 520,00, R\$ 530,00. Ainda bem que nós não temos o salário mínimo do senador Paim, temos um pouquinho mais. Mas é uma moção solidária, essa não é uma moção de esquerda ou de direita, de empregado ou empregador, é uma moção solidária, mas eu volto a dizer: o grande pagador mínimo é o poder público do Brasil todo. Quando se fala em aumentar o salário mínimo regional, os poderes – federal, estadual e municipal – não querem aumentar, quando é baseado no salário mínimo, se não o poder

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

público não paga. Eu duvido que lá no mercado do Ver. Mauro Pinheiro se pague salário mínimo, não paga; paga mais. Se dá mais benefícios, porque não são exigidos por lei. Então os empresários fazem a sua parte, com raras exceções. O Ver. Janta tem razão, não pode ser explorador. Explorador é explorador aqui, na China e só não é lá na Coreia do Norte porque lá não tem salário, lá não tem salário. Então nós temos que ter solidariedade, vereador, até em homenagem a V. Exa., solidariedade àqueles que ganham pouco, que ganham um salário mínimo que é diminuto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 214/21.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde, colegas vereadores; eu estou aqui ouvindo atentamente os debates e também gostaria de deixar aqui a nossa solidariedade à moção de solidariedade dos vereadores que a apresentaram, a Daiana, a Bruna, o Bins e o Janta. Acho importante e aqui reforço a nossa posição para que isso realmente chegue à nossa Assembleia Legislativa e possa, certamente, oferecer apoio político e o bom debate, juntamente com a Assembleia e com o setor produtivo do nosso Estado, para que possam perceber a importância que tem, neste momento, uma reposição no nosso salário mínimo regional, sobretudo pela necessidade que temos de voltar a crescer. Aqui o Ver. Janta colocou, com muita propriedade, que um dos setores mais impactados pelo desemprego, pela diminuição da renda do povo brasileiro é o comércio. Aliás, um dos vetores para o crescimento econômico é o consumo, e o consumo é renda, é salário. E, sem dúvida, aqui as falas contrárias, aliás, eu queria dizer que eu tenho conversado com liberais mais atualizados. Muitos economistas e pessoas que se colocam como liberais já entenderam que o Brasil é um país de muita concentração de renda e de uma desigualdade enorme que tem sufocado o nosso País e que tem impedido a nossa retomada do crescimento, justamente pela desigualdade que nos impõe a colocar boa parte, grande parcela dos investimentos para programas sociais que possam manter minimamente a grande parcela dos brasileiros. Aliás, esses liberais mais arejados não apenas defendem o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

salário mínimo – porque isso é uma versão antiga do liberalismo, não mais defendido por muitos economistas liberais –, aliás, têm defendido permanentemente a transferência de renda tão fundamental para esse momento de um País que tem 1% da população que abocanha mais de 25% da renda nacional. Então percebam, neste momento de crise, de mais desigualdade, de mais pobreza, a necessidade de nós termos um salário mínimo que possa garantir que esses trabalhadores sobrevivam, porque temos em 15 milhões de brasileiros desempregados ou na informalidade. A segunda questão importante aqui, já falei, mas vou repetir: um instrumento de combate à pobreza, também como a inibição da rotatividade. No momento em que tu tens aí a grande parcela da população buscando renda nos aplicativos, desempregada, tu tens uma alta rotatividade. Então, se tu não tens o salário mínimo e a garantia dos teus direitos, tu permites que essa rotatividade... Embora a reforma trabalhista já tenha possibilitado, fragilizado e enfraquecido muito os direitos trabalhistas. E mais também, Ver. Cecchim, que aqui fez a sua fala, que é empresário, demonstra um compromisso social forte, o salário mínimo é que dá o parâmetro para a seguridade social aqui tão bem lembrada pelo vereador, a importância que a gente possa garantir renda mínima para os nossos aposentados, uma grande maioria que depende desse salário mínimo como a única e exclusiva renda da sua família. Então eu quero aqui manifestar o meu apoio sobre a importância que essa moção de solidariedade tem e o peso político desta Casa de aprovar. E eu acho que é um debate que a gente pode aqui trazer para esta Casa e construir, quem sabe, muitos consensos e buscar aqui caminhamentos positivos na defesa do papel, neste momento de crise, de tanta miséria, de tanto desemprego, da valorização, tanto do salário mínimo como também de projetos de transferência de renda. Então, manifesto aqui, em nome do nosso PDT, do nosso partido, o apoio a esta moção muito bem colocada pelos vereadores que já citei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 214/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Colegas vereadores e vereadoras, pessoas que nos assistem; esse é um debate muito importante. Eu quero iniciar pela fala do colega vereador que cita o racismo diante dessa construção de um piso, porque a gente precisa olhar em definitivo o que é racista aqui. Quando a gente fala do racismo, a gente fala do trabalho mais barato, aquele que não é valorizado, aquele que é vulnerabilizado, aquela escravidão que, definitivamente, se impõe diante dessa narrativa construída de uma base muito rasa. Isso demonstra o não conhecimento ou também a ausência, a anulação de um período histórico extremamente importante na nossa sociedade. Definitivamente não cabe, nessa construção, nessa narrativa, citar algo que é tão importante e tão negado quanto a escravidão. O racismo, meu colega, se dá a partir do momento em que a gente vê indicadores de vulnerabilidade que vêm sendo o tempo todo colocados diante de uma população negra que passa fome, porque não tem o seu direito garantido, através de um salário mínimo básico, porque essa não é uma garantia. Quando a gente olha para isso, meu amigo, a gente está falando que valorizar esse mínimo é valorizar uma mão de obra que, por vezes, é explorada. E aí a gente fala de trabalhadores de *call center*, de motobóis, aí a gente fala daqueles que não têm a garantia do básico, porque isso vai impactar na sua mesa. Só quero fazer um adendo que eu acho que é uma importante observação: o mínimo, esse salário mínimo regional é um projeto do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Então aqui nós não estamos votando uma questão ideológica, nós estamos votando o direito a uma população, à comida no prato, à dignidade restituída, ao mínimo. Definitivamente é isso. Garantir o mínimo da remuneração desses trabalhadores é, portanto, importante instrumento de combate à fome e à extrema miséria, à pobreza extrema. Garantir esse salário mínimo é como uma forma de elucidar situações tão extremas básicas, e aí a gente fala novamente desse contingente de 19 milhões de pessoas que voltaram ao Mapa da Fome, Silvana Conti. É disso que nós estamos falando, da garantia de direito. E, quando se traz isso permeado de uma relação política, como a própria reforma trabalhista e que não dá direito ao trabalhador, a gente está falando de algo que é muito caro, não se pode negociar. Nesse sentido, valorizar o salário mínimo possibilita aos trabalhadores que enfrentem a crise com dignidade, Ver.^a Bruna; nesse sentido e do mesmo modo, quando a gente defende esse mínimo, a gente está dando a esses trabalhadores a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

possibilidade do básico para enfrentar um período de crise. Nós estamos falando aqui daquilo que tem de mais necessário e essencial, a gente está falando de dignidade, novamente digo isso, porque me parece que algumas pessoas, alguns colegas vereadores se perdem ou não vivem na realidade, do que é o descaso, da negligência, da ausência das políticas públicas que não chegam. A gente está falando da necessidade desse olhar porque, como bem disse o Ver. Leonel Radde, muitos desses que debatem nessa perspectiva é porque não conhecem a realidade do povo brasileiro, porque não conhecem a realidade das periferias, porque não conhecem a realidade dessa mão de obra barata e precarizada que não tem o seu direito garantido e obviamente é atacada por conta disso e não consegue sequer manter o mínimo para o sustento. A cesta básica mais cara, uma das mais caras do Brasil, obviamente nós estamos falando aqui da capital do Estado do Rio Grande do Sul, com um salário que não dá conta do básico, falta comida na mesa, falta dignidade e também falta respeito por parte daqueles que poderiam estar mobilizando em torno dessa construção. Nós defendemos esse salário, nós defendemos esta moção, e eu aqui encaminho enquanto bancada do PCdoB, por acreditar que mulheres e homens que defendem, que fazem do seu dia a dia um trabalho árduo, fazendo a manutenção nesses espaços mais precarizados merecem esse respeito. É importantíssimo que nós nos mobilizemos aqui para que seja encaminhada para Assembleia Legislativa esta moção, porque a democratização dessa renda, isso valoriza e fomenta a economia. Como falam tanto dos processos econômicos, isso valoriza e fomenta a economia. Democratizar a renda é, sim, colocar dinheiro na mão do povo para que ele tenha a possibilidade da compra, e isso é o básico. Nós encaminhamos esta moção, nós defendemos esta moção por acreditar que isso é um exemplo de como deve ser tratado o trabalhador brasileiro. Aqui, quando escuto algumas dessas defesas, penso que definitivamente isso está muito distante da realidade do povo. Povo esse que paga uma passagem cara, povo esse que tem que sair, por vezes às 6h da manhã para trabalhar o dia todo e não tem o direito básico garantido. Nós defendemos, por acreditar e por saber a realidade dessa população, Ver.^a Nádia.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 214/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde todos e todas, estou em trabalho remoto, me inscrevi também para contribuir em relação a alguns equívocos que eu ouvi no início das falas. Primeiramente, um equívoco que se repete aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre que é comparar o Brasil com os países de Primeiro Mundo. O Brasil que não concentra tecnologia, o Brasil que não tem escala, o Brasil que não está participando da quarta revolução industrial, o Brasil que é um país pobre e que, desde que os colonizadores chegaram, produz para exportar, produz insumo de baixo valor agregado. Esse é o problema do nosso Brasil que a gente tem que enfrentar. Não se trata somente de distribuir renda, porque, como muito bem os liberais gostam de colocar, não existe recurso hoje concentrado no Estado que permita que os 116 milhões de brasileiros hoje que estão passando por uma situação de insegurança alimentar consigam se realizar somente com distribuição de renda. Nós não queremos educar o nosso povo a trabalhar ou se sustentar por política assistencialista, por um prato de comida ou por uma cesta básica. Não é essa a concepção que nós defendemos, a gente precisa de um projeto que, de fato, desenvolva esse Brasil e aí não é devolver na lógica do agronegócio, que nunca produziu tanto e nunca a gente teve tantas pessoas do nosso País passando fome. E essa concepção de garantir os seus lucros e fazer esse tipo de opção de não querer aumentar o salário mínimo regional justamente reflete essa lógica da nossa burguesia local que, neste momento de pandemia, fez a opção de o seu próprio povo passar fome. O Brasil é o maior exportador de carne do mundo, e as pessoas não estão conseguindo consumir carne, para que meia dúzia de bilionários brasileiros mantenham seus privilégios. A gente precisa de mais teorias, de um pensamento econômico que ajude a resolver esses problemas, o problema da segregação, porque isso o Brasil reproduz concentrando renda, concentrando a riqueza; seis bilionários brasileiros tem a metade da riqueza da população. Isso é errado; a gente tinha que estar debatendo isso e não o salário mínimo. O problema está invertido, o problema é a extrema concentração de riqueza e de renda. Um por cento da população brasileira detém 23% da renda nacional, está errado! A gente tem que ter um pensamento

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

econômico que enfrente esses privilégios, que enfrente a segregação histórica, regional, racial, de gênero que existe no nosso mercado de trabalho e consiga pensar na lógica da soberania. A gente precisa desenvolver indústrias, mas isso não vai ser obra da elite brasileira; isso vai ser obra dos trabalhadores. A elite brasileira já demonstrou, historicamente, e a pandemia agora foi a gota d'água, que não tem compromisso com a qualidade de vida do seu próprio povo, um exemplo local: os empresários de Porto Alegre, para não perderem seus lucros, garantidos em contrato, tiraram várias linhas de transporte de circulação e fizeram o nosso povo ser carregado que nem um bicho no meio de uma pandemia. É essa a lógica que rege os negócios do nosso País, o liberalismo não resolve esses problemas e, pelo contrário, os aprofunda. Então, o que a gente precisa de fato conversar é para além dessa discussão de um aumento gradual do salário mínimo regional; isso é extremamente importante, mas, se a gente não conseguir pensar de uma forma organizada o desenvolvimento econômico do nosso País, a gente vai seguir apagando incêndios. É importante, sim, a gente desenvolver uma teoria criticando tudo isso que vem sendo implementado, porque todas as alternativas que vocês trouxeram, que o Paulo Guedes trouxe, que os liberais trouxeram para a economia do Brasil só aprofundaram o nosso problema de desemprego, de segregação espacial, de segregação econômica. Aprovaram a reforma da Previdência, dizendo que iria gerar emprego; não gerou. Aprovaram a reforma trabalhista, dizendo que iria gerar emprego; não gerou. Aprovaram a terceirização das atividades-fim... Eu acho que o objetivo de vocês é que o povo trabalhe por um prato de comida. Isso faz parte do pensamento social brasileiro que sempre valorizou muito mais a mercadoria produzida do que a mão de obra do trabalhador. Para concluir, Nádia, a gente tem de inverter esses vetores e pensar numa perspectiva global. Não queremos resolver o problema da crise econômica e social só na lógica da distribuição de renda ou de consumo barato daquilo que a gente vem importando da China e que está estourando o nosso mercado interno. Vamos ser honestos conosco e vamos pensar uma alternativa de fato para este Brasil. Era isso, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

PRESIDENTE COMANDATE NÁDIA (DEM): Em votação o Requerimento nº 214/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos vereadores Jessé Sangalli, Ramiro Rosário e Mari Pimentel.

Vereador Moisés Barboza (PSDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL nº 184/17, por uma sessão.

PRESIDENTE COMANDATE NÁDIA (DEM): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ver. Moisés Barbosa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 346/17. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria, como autor.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Colegas vereadores, público que nos assiste, Ver.^a Comandante Nádia; o projeto inicial diz o seguinte: "determina a execução do Hino de Porto Alegre nas escolas e nos eventos escolares realizados no Município". Como teve um parecer contrário da Procuradoria, nós fizemos um substitutivo que vamos ter de votar, porque, inicialmente, o projeto abrangeria todas as escolas e eventos. Então, no substitutivo, vai ficar claro que é só nas escolas municipais. Eu fui diretor da Secretaria Estadual do Esporte e Lazer e viajei por muitos municípios, dezenas e dezenas, representando o secretário Kalil na época. Em cada município em que eu chegava, o primeiro hino que se tocava era o do município, eram municípios pequenos de dois, quatro mil habitantes. Aí eu comecei a pensar se em Porto Alegre tem hino ou não tem hino. Comecei a pesquisar, e aí descobri, então, que o prefeito Loureiro da Silva lançou o concurso para escolha do hino oficial de Porto Alegre no ano de 1961. O ganhador foi Breno Olinto Outeiral, oficial e aviador aposentado da FAB. No ano de 1984, em 24 de julho, o nosso amigo prefeito João Dib, através do Decreto nº 8.451, oficializou o hino de Porto Alegre, a canção Porto Alegre valerosa. Eu fiz uma indicação, no governo passado, e não tive resposta; daí nós protocolamos o projeto. Eu queria dizer aos colegas vereadores que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

nós construímos, junto com o governo, inclusive temos uma agenda marcada com o secretário da cultura para fazer uma nova gravação, porque a gravação original é muito antiga; ela é uma marchinha. Eu quero mostrar para vocês o Hino de Porto Alegre que 95% da população Porto Alegre não conhecem. Essa versão aqui é do Breno Eduardo Outeiral, filho do autor. Essa é a versão dele.

(Procede-se à execução do Hino de Porto Alegre.)

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Esse é o Hino oficial de Porto Alegre, eu tenho o sonho de que os porto-alegrenses venham conhecer o hino de Porto Alegre. Para finalizar, meus colegas, repetindo, terá uma nova gravação e quem vai gravar o novo hino é a orquestra de Porto Alegre. Já estamos com agenda marcada com o secretário da cultura que vai gravar uma versão nova. Eu estava conversando com o Cristian, assessor do Ver. Gilson Padeiro, e ele disse que, no movimento tradicionalista que ele frequenta, já determinaram cantar o hino. Parabéns para vocês. Então, embora os pareceres sejam contrários, peço aos pares que votem favorável, e a decisão final ficará com o prefeito, vetando ou sancionando, porque o hino, Comandante Nádia, nos remete a valores, respeito, cidadania e cultura. Obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 346/17.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Queridas e queridos colegas do plenário, cidadãos e cidadãos, é fundamental que a gente pense, sim, em Porto Alegre; é fundamental que a gente conheça a nossa cidade e do que que ela é constituída, a sua história, mas muita coisa dessa cidade não está no seu hino oficial. A realidade cogente não está; a realidade, para quem caminha em muitas avenidas de noite e de dia, é a realidade de uma quantidade enorme de pessoas em situação de rua. Isso não está colocado no hino, isso é uma questão de política pública, e este Parlamento precisa ter responsabilidade. Naqueles dias de frio,

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

o prefeito abriu por quatro dias o Gigantinho e depois fechou, e as pessoas estão morando nas ruas; esta é a Porto Alegre que não está no hino. A gente vai nas periferias de Porto Alegre e percebe que faltam mais de cinco mil vagas, Ver. Pedro Ruas, de educação infantil, de creche; esta Porto Alegre não está no nosso hino. O nosso hino, e foi colocado aqui, trata de um passado, mas eu questiono o presente dessa cidade. Tem muitos espaços, em que as pessoas estão morando, Ver.^a Mônica, que não tem saneamento básico. E o DMAE tem R\$ 300 milhões em caixa. Qual é a proposta desta Câmara para os R\$ 300 milhões em caixa que DMAE não reinveste em saneamento? Eu questiono mais! Faz mais de seis anos que essa cidade não faz concurso público para professores das séries finais – matemática, português, história, geografia, língua estrangeira e música. E agora entro no hino propriamente dito – o hino de Porto Alegre. Sabem por que as nossas crianças terão dificuldades para cantar esse hino? Porque o ensino de música não é prioridade para esse governo; porque desenvolver a musicalidade não é a prioridade. Eu, como professor de música, me indigno, porque são poucas as escolas que têm educadores musicais, Ver. Cláudia. Eu acho que acompanhado da proposta de as escolas tocarem o hino junto com o Hino Nacional, com o hino do Rio Grande do Sul, é necessário que toda a escola tem o professor de música, para que se cante não só o hino de Porto Alegre, na escola municipal, mas que se cante as canções do povo negro sofrido das periferias, as marchas, os sambas, para que se cante também as músicas populares do nosso Brasil, para que se cante também aquilo que constitui uma nação e um povo, que são os seus elementos culturais. Então, eu fico pensando: falta muito da nossa Porto Alegre no hino. O hino, sem sombra de dúvida, é um marco histórico da nossa cidade, Ver. Oliboni. É importante para quem mora em Porto Alegre conhecer o seu hino, mas é mais importante ainda que os parlamentares deste Município se interessem em também por questionar o governo que não investe os recursos da Prefeitura onde deveria investir. O prefeito foi lá e deu R\$ 16 milhões para os empresários de ônibus. Desse R\$ 16 milhões para as escolas tocarem os hinos, terem professores, terem instrumentos musicais, aprenderem música! Só tocar o hino não basta, são necessárias políticas públicas reais para a constituição da cidadania. Eu não quero só uma cidadania cantando o hino. Eu quero uma cidadania com emprego, eu quero uma cidadania que não fique nas sinaleiras, eu quero uma cidadania que tenha

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

direito ao SUS, eu quero uma cidadania que, de fato, tenha acesso aos direitos. Eu acho que nós precisamos muito mais cobrar do governo a implementação dos recursos públicos do que as propostas que, uma vez ou outra, aparecem aqui. E eu respeito enormemente o Ver. José Freitas – para concluir –, e agora vou discutir aqui com a bancada a sua proposta, mas eu não poderia deixar de vir aqui e colocar essas questões que coloquei: mais políticas públicas reais de combate à fome e ao desemprego em Porto Alegre! Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 346/17.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, quero saudá-lo, e também todos vocês. Eu queria só aqui encaminhar, eu sei que esse tema é constrangedor da forma que ele está chegando no plenário. A Procuradoria da Casa, Ver. José Freitas, meu vereador, e V. Exa. sabe que eu gosto muito das suas atitudes, não dá a constitucionalidade, em ambos os casos, seja o projeto ou o substitutivo. E assim se pronunciaram a CCJ e a CECE. Mas até eu vou dizer o seguinte: se o prefeito tivesse interesse, pode ser, iria-se até o prefeito, ele baixava um decreto e a secretaria de educação, que tem que cumprir, iria implementar esse projeto. Acho que seria mais útil. Porque se a secretaria da educação não implementar, o seu projeto fica no vazio e automaticamente prejudicado. Eu não vou entrar no mérito se o hino é bom ou é ruim; o hino é bonito. Agora, a questão é a implementação. Nós não implementamos nem a prática esportiva nas escolas, aí vamos implementar o hino? Não sou contra o hino, sou da época em que se cantava o Hino Nacional. Infelizmente hoje ninguém sabe cantar. E no esporte nós temos visto aí, essa semana eu vi, no jogo do Grêmio, lá em São Paulo é obrigado a tocar o Hino Nacional, eu não sei se vocês notaram, no jogo entre Grêmio e São Paulo; foi uma vergonha, ninguém sabia do hino e ninguém estava sabendo que tinha que tocar o hino ali. Essa é a grande questão. Eu não sou contra tocar o hino. O hino é bonito, o nosso, do Rio Grande, o de

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

Porto Alegre, o do Brasil – são bonitos. Com relação à Banda Municipal, que falaram aqui, eu destinei R\$ 100 mil, das emendas impositivas, para a Banda Municipal, para valorizar a Banda Municipal. Essa, sim, deve tocar! Vai lá na Restinga, toca; vai na Zona Sul, toca; vai na Zona Norte, toca; na Zona Leste, toca. Esse é o trabalho da banda, Ver. Pedro Ruas. Nós temos que valorizar a Banda Municipal; é verdade. É verdade! Aí, eu fecho todas! Agora, chegar numa escola, sem a cultura e sem a implementação por parte da secretaria de educação? Nós podemos pagar um mico ou passar vergonha, porque não vão cantar o hino de Porto Alegre. Com relação a esse aspecto, eu gostaria de fazer essa observação. A Procuradoria da Casa julgou inconstitucional porque é competência do Executivo. É por isso que, às vezes, a gente faz aqui um projeto indicativo, a gente vai lá, conversa com o prefeito, ele gostou da ideia, ele mesmo vai fazer o projeto; e a pessoa também leva os louros da vitória, vamos dizer assim. Mas, nesse caso, eu acho que é muito comprometedor nós apoiarmos essa ideia sem a consonância do Município, do Executivo, do prefeito municipal. Como disse o Ver. José Freitas: "Ah, se ele vetar, vem para cá; se ele não vetar, sim, nós vamos correr o risco de ver vetado um projeto dessa natureza, que é bom, mas que, na realidade, tinha que ser colocado pelo Executivo, implementado pelo Executivo, pela secretaria de educação, e aí nós poderíamos aproveitar. Agora, tem muita coisa para fazer, como a prática esportiva, por exemplo, que é uma vergonha neste País, que ensina muito mais do que cantar. Então, nesse aspecto, eu vou pela indicação da Procuradoria, que aponta a inconstitucionalidade, por ser de competência do Executivo e não da Câmara Municipal. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL n° 346/17.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, Presidente Márcio Bins Ely, colegas vereadores, público que nos assiste. Eu vou ser muito breve na minha fala porque acredito fielmente que a formação das nossas crianças, dos nossos adolescentes dirá quem eles serão no futuro. É importante a retomada dos nossos valores, da família, da

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

importância da polícia, da importância do empreendedorismo e da importância de bater no peito e ter orgulho de nascer aqui em Porto Alegre, ter orgulho da cidade que nos abraça e passar essas informações através do hino, Ver. Freitas – e já quero lhe parabenizar por esse projeto que traduz o respeito a Porto Alegre. Inicia nos pequenos detalhes, mas são esses pequenos detalhes tão grandes que fazem parte de todo um arcabouço da educação, do repasse do conhecimento para aqueles pequenos que estão em sala de aula e necessitam conhecer um pouco da sua história. Não é apenas passear pelas ruas de Porto Alegre. Aqui falamos sobre o gostar, o ter orgulho, o de se sentir pertencendo efetivamente a esta cidade que abre os braços, não apenas para os porto-alegrenses, mas para as pessoas que vêm de fora. Que lindo ver os alunos perfilados cantando o Hino Rio-Grandense, perfilados cantando Hino Nacional e –por que não dizer? – cantando o hino da nossa Porto Alegre. Eu trabalhei por 12 anos no interior do Estado, com 11 cidades sob a minha coordenação no policiamento ostensivo, seja administrativo ou operacionalmente. Em todas as 11 cidades, todas as crianças das escolas sabiam cantar o hino do seu Município. Que bonito vermos as crianças que estão em formação cultuando aquilo que nós temos de mais importante: a nossa história, a nossa cultura, o patriotismo – tão esquecido, Ver. Freitas, e muitas vezes vilipendiado por alguns segmentos. Eu tenho certeza de que os professores aqui estarão convictos de que é na formação dos nossos estudantes que nós teremos grandes líderes, grandes vereadores, presidentes, governadores, médicos, professores e tantas outras profissões importantes para Porto Alegre. Mas, primeiro, nós precisamos formar e informar os pequenos cidadãos daquilo que mais faz parte do seu eu: estar em Porto Alegre e sentir que esta cidade é nossa, e, por ser nossa, nós temos que valorizar, a começar pelo hino. Para que a gente possa também valorizar as suas ruas, os seus monumentos, por isso quero pedir para os vereadores também, como eu, darem o seu voto "sim". Nós precisamos da retomada de uma atitude proativa; comecemos com os pequenos cidadãos, pois lá na frente eles serão os nossos representantes. E assim, Ver. Freitas, parabéns! O hino da nossa valorosa Porto Alegre!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLL n° 346/17.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Estimado colega, Ver. José Freitas, com todo mérito que tem o seu projeto, eu subo aqui para falar que a gente precisa, em definitivo, valorizar, para além do hino, neste momento, o ensino, valorizar a educação, valorizar o acesso, valorizar a qualidade apresentada nas escolas, principalmente neste período, que é um período muito duro para as escolas públicas; é essa a valorização. Hoje, Dia do Filósofo, eu venho aqui ressaltar a importância de manter no currículo, aqui no Município, a filosofia. Essa é uma forma de valorizar e contextualizar, mas, principalmente, permitir que se tenha, dentro desse contexto histórico e dessa garantia que a gente tanto está falando, do reconhecimento de quem se é, que a gente tenha pessoas, indivíduos pensantes. Eu quero valorizar os professores, eu quero ter um cuidado amplo com a estrutura das escolas e com toda a comunidade escolar. Nós temos rodado alguns espaços das escolas das comunidades e muito daquilo que a gente tem ouvido justamente tange em torno disto, do descaso, de toda uma distância de orientação. E eu acho que aí é que nós devemos nos ater. Sei da necessidade desse contexto histórico, tanto que falo aqui que nós temos uma lei que fala da cultura negra nas escolas que até agora não se dá como deveria se dar, não foi implementada. Assim com o Ver. Cassiá Carpes também fala de todo um resgate em torno da estrutura do esporte, que não se oferta. É muito bom inclusive, quando o Ver. Cassiá Carpes fala isso, retoma que há bem pouco tempo nós estávamos no período das Olimpíadas, e não tem investimento em esporte; logo, não vai ter retorno. Se a gente não tem investimento na educação, a gente não vai ter retorno. E se a gente não coloca diante das nossas prioridades sujeitos pensantes, nós não vamos, Ver.^a Mônica, ter um resultado. É isso que eu quero valorizar. Quero valorizar o ensino, quero valorizar a cultura, mas quero principalmente, neste momento, valorizar aquilo que, em definitivo, a gente precisa fazer de resgate. Novamente digo: hoje, Dia do Filósofo, não podemos retirar da estrutura do currículo das escolas a filosofia – esse é um bom exemplo. A gente precisa manter aquilo que é necessário, aquilo que é essencial. Se a gente não possibilita que as pessoas possam ter um mínimo de acesso a uma construção de reflexão crítica, a gente

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

está fadando esses indivíduos àquilo que se tem de pior, dentro de um espectro de sociedade. A gente não produz e não promove impacto, a partir do momento em que a gente não tem pessoas que pensam, a partir do momento em que a gente não tem o mínimo básico de uma construção crítica em um espaço como este. Então, fomento aqui a necessidade da valorização da comunidade escolar para muito além da implementação de um hino, eu acho que a gente precisa olhar o todo e, com muito respeito; por que tem pessoas que estão construindo esses espaços de construção da educação aqui no Município porque têm introjetadas nelas política pública educacional e não porque têm auxílio; e é isso que a gente tem que olhar, meus colegas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLL n° 346/17.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Senhoras e senhores, telespectadores da TVCâmara, Presidente; brilhante, o projeto! Parabéns ao vereador pela inteligência! Muito bom! Lembro-me de que no meu tempo, eu, que estudei no Otávio de Souza, cantava na escola. O meu sonho é que nós pudéssemos fornecer uniforme para os nossos alunos. Imaginem que facilidade para os pais e para os alunos terem o seu uniforme! Hoje, as crianças vão para a escola e ficam, uns, preocupados com a questão da vaidade; uns têm a roupa melhor que a do outro e, muitas vezes, adolescentes acabam entrando na criminalidade ou por um caminho errado porque querem ter tênis bom, roupa boa. Se o Estado pudesse fornecer uniforme para os nossos alunos, imaginem que bonito todo mundo de uniforme na escola pública, assim como na escola particular. É até uma injustiça: o aluno da escola particular de uniforme; o aluno da escola pública não tem uniforme! Na escola particular, todo mundo bonitinho ali, organizado, um atrás do outro para ir para a sala; na escola pública, não! Quanto mais nós pudermos aproveitar as coisas boas para os nossos alunos, melhor. No meu tempo havia técnicas domésticas, técnicas agrícolas, técnicas industriais; eu cantava o Hino Nacional, o Hino Rio-Grandense, o hino da escola. Inclusive o vereador aqui, meu colega do outro partido, ele estudou na mesma escola que eu, só que

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

num outro momento, e eu disse para ele que eu sei o hino da escola de cor e salteado. É uma coisa linda o amor que os nossos alunos têm que ter pelo nosso Estado, pelo nosso País, pela sua escola e pelo seu Município. Tenho certeza de que todos nós que estamos aqui amamos Porto Alegre, os 36 vereadores; cada qual do seu jeito. Eu respeito o pensamento ideológico de quem pensa diferente de mim, mas eu tenho certeza de que se nós fizéssemos uma pesquisa com os pais, os pais de alunos certamente seriam favoráveis à ordem nas escolas. A *broken windows theory*, teoria das janelas quebradas, nós temos que combater os pequenos delitos para que eles não façam os maiores. Quem já andou pelo Centro de Porto Alegre, pela nossa cidade toda pichada, Ver. Felipe Camozzato... Imagina a senhora, Ver.^a Mari, um microempresário pegou todo o dinheiro que tinha, abriu uma loja em determinado lugar, pintou, organizou, arrumou, colocou todos os seus recursos e todas as suas forças ali e vem alguém e picha a loja. Vejam bem, o grafite, quando autorizado, é muito diferente da pichação, a gente sabe a diferença do grafite e da pichação, mas eles sujam a nossa cidade, fazem competição de quem picha mais alto, fazem a poluição visual da nossa cidade. E fico triste também quando algumas entidades colam cartazes da sua ideologia, sujando a nossa cidade. Temos que aplicar multa nesse pessoal. Então mais uma vez quero parabenizar o vereador que colocou a proposta do hino, uma proposta inteligente, uma proposta que vai ao encontro dos interesses dos nossos alunos aqui de Porto Alegre. Sou contra coisas equivocadas que estão sendo feitas nas nossas escolas. Teve um deputado que trouxe o exemplo, se não me engano, do Ceará, onde, numa escola, para trazer a sua questão ideológica numa prova de geografia, utilizaram coisas contra o Presidente da República. Eu postei inclusive nas redes sociais. O professor, de forma covarde, escreveu coisas que não tinham nada a ver, perguntas sem nexo causal nenhum com geografia, ele fez essas questões contra o nosso Presidente. Então não temos que utilizar os nossos alunos por questões ideológicas. Sou a favor, sim, do projeto Escola Sem Partido. A escola é para aprender português, matemática, geografia, coisas importantes, e infelizmente os nossos alunos não conseguem escrever uma redação porque, muitas vezes, os professores não estão preocupados em ensinar a matéria, aquilo que eles vão aprender no dia a dia, mas, sim, questões ideológicas. Eu me lembro que eu mesmo fui fazer certa vez uma extensão na UERGS, na Universidade Estadual do Rio

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

Grande do Sul, sou formado em direito, por óbvio, fui fazer uma extensão, e depois eu fiz a pós em planejamento educacional e docência no nível superior, e lá a professora não dava a extensão em pedagogia, falava sobre coisas do mundo. Eu perguntei: professora, quando que nós vamos aprender a complementação pedagógica? Ela me falou: "Professor, o certificado o senhor vai ter, mas é importante o senhor ficar atualizado sobre as coisas que acontecem no mundo." Só que as coisas que acontecem no mundo quem ensina são os pais, a escola é para aprender as matérias ordinárias. Então meus parabéns ao vereador que colocou esse projeto do hino, um projeto inteligente. Vou votar favorável.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 346/17.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Vereador Márcio, Presidente da Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul, vereadores e vereadoras, querido Ver. José Freitas, eu não preciso aqui exteriorizar mais uma vez o quanto da minha admiração pelo senhor, pelo seu trabalho, pela sua dedicação. O senhor sabe, já estamos no segundo mandato como colegas, e eu tenho muito orgulho dessa amizade e desse coleguismo, mas eu preciso abrir aqui meu coração. Eu sou filha orgulhosa de um militar, o Coronel Pedro Américo Leal, e, se há uma coisa que eu aprendi com meu pai, quatro vezes deputado, quatro vezes vereador, chefe de polícia, secretário de segurança, Coronel do Exército, é que um legislador faz leis, e ele tem que ser o primeiro, a primeira pessoa a cumprir na íntegra, a respeitar. Por mais que eu goste de um projeto, e esse me encanta, todos vocês devem saber que é a mais pura verdade o que eu estou dizendo: cantar o hino do Brasil, o Rio-Grandense, o de Porto Alegre é simplesmente maravilhoso, porém eu me deparo com pareceres da Procuradoria pela inconstitucionalidade, por invadir a esfera de competência exclusiva do Poder Executivo. Depois, também o Ver. Cassiá, como relator na comissão, aponta óbice: ante o exposto, tendo em vista ser inconstitucional, da competência do chefe do Poder Executivo, conforme dispõe o art. nº 94 da Lei Orgânica do Município – e por aí vai. Eu, sinceramente, quero deixar aqui o meu depoimento, eu não tenho como, vereadora

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

da capital, que faço leis, votar num projeto que tem apontamento da CCJ, da Procuradoria, da CECE, que foi o vereador meu colega, pela rejeição do projeto, pela consistência, pela existência de óbice de natureza jurídica. Não é competência nossa. Se a moda pega, senhores e senhoras, então nós todos vamos agora aprovar projetos inconstitucionais que não são da nossa competência. Por isso, vereador, eu subo à tribuna e faço um pedido: que o senhor transforme seu projeto em um projeto indicativo. Eu, quando tenho vontade de fazer, quero muito um projeto e sei que não é da minha competência, primeiro passo para o meu jurídico e digo que quero fazer esse projeto, que analise juridicamente. Aí me vem uma resposta: "Não é da sua competência". Eu o transformo em projeto indicativo. Por isso lhe peço, como sua colega, que o senhor transforme o projeto do hino de Porto Alegre – que inclusive tem uma parte maravilhosa que fala em leal e valorosa, que está aqui no nosso brasão –, em projeto indicativo para que ele se torne constitucional. Obrigada.
(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 346/17.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa noite. Eu me inscrevi também para debater este projeto. A gente traz alguns argumentos diferentes que foram trazidos até então. Do nosso ponto de vista, está equivocada a natureza do projeto não só por uma questão formal, de ser inconstitucional, mas tem que essa discussão da construção dessa prioridade que deveria perpassar sobretudo a comunidade escolar. Então a gente entende que projetos que são construídos – pode ser até mesmo pelo Executivo –, mas que atravessam a democracia e a participação da comunidade escolar, para nós, já têm uma natureza equivocada. Aí eu questiono o vereador, que está propondo essa matéria, quais as escolas que foram consultadas, porque eu acho que isso é um pressuposto de respeito à autonomia dessas instituições que vêm sendo sucessivamente desrespeitadas, a lembrar do anúncio das escolas cívico-militares em duas escolas do Município, a Leocádia e a Mario Quintana, e também tentar implementar esse modelo pedagógico sem consulta ao conselho escolar. São equívocos que vêm ocorrendo no nosso Município e que a gente precisa se posicionar.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

Está errado! Tem conselho, tem uma prática que tem que ser reiterada. Ninguém vai dar pitaco em como o pastor da Universal tem que cantar o hino. Eu acho que se tem que dar pitaco, tem que ser construído em conjunto com todas as igrejas. Então, para nós isso é pressuposto. Segundo, prioridade, né, vereador? Tem tantas questões hoje que atravessam nossa escola municipal, a alimentação escolar e todas as promessas de entrega de cestas básicas do PNAE, isso até hoje não foi executado. A discussão da reestruturação curricular que vem sendo feita, retirando disciplinas importantes - de filosofia, de história, de línguas estrangeiras nas séries iniciais - e que é algo que vem incomodando a comunidade escolar. A gente constantemente vem ouvindo esses incômodos e esses apelos da comunidade para que gente consiga olhar com mais atenção essa reestruturação que vem sendo feita. O próprio currículo tem que ser discutido, porque nas escolas particulares desde criança – eu sei porque eu tenho um sobrinho em creche particular – acessam capoeira, acessam gastronomia, acessam robótica, *games*, e, nas escolas, a gente tem um currículo engessado e cada vez mais conservador. Também quero denunciar dentro deste contexto de criminalização dos professores que se refletiu muito na fala do Bobadra, que pelo visto não conhece a realidade de superação que os professores da rede municipal vêm se colocando desde o início da pandemia para conseguir minimamente garantir dignidade e inclusão escolar para os estudantes e para as comunidades da rede municipal de ensino, a criminalização em relação ao uso da língua moderna não-binária que vem sendo utilizada no Brasil e no mundo inteiro, e que, num esforço pedagógico dos professores, vem sendo criminalizada e desconstituída por alguns vereadores desta Casa. Então todas as iniciativas positivas que vêm da comunidade escolar são negadas, isso é equivocado. Construir não significa só ouvir, diálogo, para mim, não me contempla; construir pressupõe quem está lá no dia a dia, porque é muito fácil, do alto do nosso Parlamento, a gente ficar dando opinião de como é que vai ser o transporte coletivo, de como é que vai ser o Sistema Único de Saúde, como é que tem que ser a rede municipal escolar, sendo que isso não afeta boa parte dos nossos pares. Então, para os outros, a gente define vários critérios, e para nós, a gente tem autonomia e liberdade econômica para conseguir se localizar melhor na sociedade. Acho que isso está equivocado, a gente tem que pensar as mudanças na estrutura das instituições públicas a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

partir de quem trabalha e a partir de quem utiliza. Então pela questão dessa natureza do projeto somos contra, e também por esse contexto de atravessamentos que vêm se dando na rede municipal de ensino nos colocamos contrários. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 346/17.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, Ver. José Freitas; eu sou um gringo meio curioso e fiquei escutando nos corredores, e eu acho que para salvar este projeto nós temos que fazer uma emenda. Estou apresentando uma emenda para que ele seja aprovado. O que diz a emenda, Ver. Pedro Ruas, Ver. Matheus Gomes, que é especialista em hino: eu estou apresentando uma emenda dizendo que a obrigatoriedade será no aniversário de Porto Alegre, no 20 de setembro e no 7 de setembro, e nos outros dias, quem quiser, fica liberado. É uma tentativa de fazer com que nós aprovemos esse projeto, Ver.^a Mônica. Temos os dias específicos para que as crianças lembrem do hino que é bonito, à mui leal e valerosa cidade de Porto Alegre. Então, com essa pequena emenda, eu acho que nós podemos aproveitar o projeto do Ver. José Freitas, pois a intenção dele é lógica, é importante, é bonita, ela faz com que a criança saiba que Porto Alegre é a capital de todos os gaúchos, que é mui leal e valerosa. Até deveríamos explicar, porque nós fizemos tanto, e não sei se nós vamos arrumar confusão aí com o MTG, pois foi o Imperador que deu esse título mui leal e valerosa porque Porto Alegre nunca cedeu aos Farrapos, ela não se entregou, nunca se entregou. Então acho que temos que contar para os nossos alunos, junto com o hino, o significado de mui leal e valerosa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLL nº 346/17.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Obrigado, Presidente e demais colegas; Ver. José Freitas, a sua intenção, o seu projeto é tão bom, tão bom, eu acredito tanto nele que, se ele fosse constitucional, eu mesmo já teria proposto. Creio aqui que outros colegas que já fizeram as suas falas, que se manifestaram a respeito também já imaginaram propor que nós cantemos não apenas o hino do nosso Município, mas também o hino do nosso Estado, o hino do nosso País em momentos cívicos. Eu acredito no civismo e acredito que nós devemos ter cada vez mais momentos cívicos de cidadania para valorização da cultura do nosso País, da cultura do nosso Estado e da nossa cidade dentro das escolas. Acredito que o líder do governo, sentindo o plenário, propôs fazer uma emenda que viabilizasse a aprovação, mas a questão não está nas datas em que serão tocados o hino no Município, vereador-líder do governo Idenir Cecchim, mas sim na sua constitucionalidade. Dentro da CCJ, Ver. Camozzato e outros vereadores, por diversas vezes, a gente tem levantado a importância de fazer com que os projetos possam tramitar nesta Casa, que tenham o seu início, meio e fim, e, portanto, aqui eu me somo também aos pedidos já feitos por outros colegas vereadores, que o colega possa transformar este projeto num indicativo e aí sim levar ao Executivo para que encaminhe a esta Casa. E certamente contará com o nosso apoio, seja através de projeto de lei ou decreto municipal. Fica aqui também o nosso apelo reconhecendo a sua justa vontade e a importância do seu projeto. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao Substitutivo nº 01 ao PLL nº 346/17. (Procede à leitura da emenda.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01, ao Substitutivo nº 01, ao PLL nº 346/17 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 01 ao PLL nº 346/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
018ª Sessão Extraordinária Híbrida 16AGO2021

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o Substitutivo nº 01 ao PLL nº 346/17.
(Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 14 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitado o Substitutivo nº 01 ao PLL nº 346/17.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela presidência, o PLL nº 346/17. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **REJEITADO** por 6 votos **SIM**; 24 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro rejeitado o PLL nº 346/17.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Presidente, visivelmente não há quórum.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sim. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h49min.)